

Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia



Comparando Regulações de Negócios para Empresas Nacionais
em **25** cidades da Croácia, da República Checa, de Portugal
e da Eslováquia com outras **186** economias



Visão Geral

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

- O desempenho varia substancialmente entre as cidades comparadas na Croácia e na República Checa: em ambos os países aqueles ranking na parte superior e inferior são separados por quase seis pontos na pontuação da distância até a fronteira - uma medida que mostra a distância de cada cidade melhores práticas globais em termos absolutos.
- Portugal mostra o desempenho mais homogêneo entre as cidades referenciadas, com a menor diferença (menos de dois pontos) na pontuação da distância até a fronteira - sugerindo implementação consistente de regulamentos em todo o país.
- Em média, as diferenças mais acentuadas de desempenho dentro de cada país estão nas áreas de obtenção de alvarás de construção, obtenção de eletricidade e execução de contratos.
- Todos os quatro países se beneficiariam da redução da complexidade processual. A maioria das cidades referenciadas neste relatório tem processos para iniciar um negócio e lidar com alvarás de construção que são mais complexas do que a média dos estados-membros da União Europeia.
- Praga é a única capital no topo do ranking entre as cidades de seu país. Bratislava, Lisboa e Zagreb ficam atrás da maioria das cidades menores dentro de seus países.
- Autoridades reformistas podem fazer melhorias tangíveis, reproduzindo boas práticas em outras cidades em seu país. Adotando todas as boas práticas encontradas a nível subnacional, todos os quatro estados membros se aproximariam substancialmente da fronteira das melhores práticas regulatórias. Para a Croácia, isso significaria um salto de 11 lugares - e para a Eslováquia, nove lugares - no ranking global do *Doing Business* de 190 economias.

Alcançar uma maior coesão económica e social encontra-se entre os objetivos principais da União Europeia. Isto requer uma redução das disparidades entre os níveis de desenvolvimento das regiões da EU, ajudando aqueles com mais dificuldades a melhorar os seus índices de desenvolvimento. Mas as políticas de desenvolvimento económico apenas conseguem dar bons resultados num ambiente favorável ao investimento. Criar igualdade de condições para todos os agentes económicos é fundamental para garantir que os empresários com boas ideias e energia possam iniciar e desenvolver negócios, gerando emprego. Isto é particularmente importante no caso das pequenas e médias empresas, que representam mais de 98% de todos os negócios da EU e cerca de dois terços dos empregos do setor privado em setores não bancários, dando emprego a 93 milhões de pessoas.¹

Uma regulamentação empresarial que seja clara, simples e coerente poderá proporcionar as regras estáveis e previsíveis de que essas empresas precisam para funcionar de forma eficaz, incentivando o crescimento a longo prazo e um

desenvolvimento económico sustentável. Por outro lado, uma regulamentação excessiva pode restringir a capacidade das empresas alcançarem a dimensão mínima necessária para poderem ser competitivas – diminuindo, assim, as suas hipóteses de se tornarem mais produtivas, de poderem operar a nível internacional e de atrair investimento estrangeiro.

QUAIS FORAM AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES?

Os resultados deste estudo revelam uma variação substancial na regulamentação empresarial entre os quatro países objeto do mesmo, e mesmo entre diferentes cidades do mesmo país. Estas diferenças são importantes. As conclusões de um estudo recente do Banco Mundial mostraram que as empresas localizadas em regiões com um ambiente de negócios mais favorável revelam um desempenho mais forte a nível de vendas, de criação de emprego e de crescimento da produtividade, bem como a nível de investimentos.²

Muitos dos aspetos da regulamentação empresarial analisados neste relatório

são legislados a nível nacional. Mas a forma como os regulamentos são implementados pode variar substancialmente segundo as cidades e as regiões (caixa 1.1). Além disso, para além do quadro legislativo nacional, as autoridades locais podem também estabelecer os seus próprios regulamentos, políticas e incentivos, levando a variações por vezes importantes na facilidade para fazer negócios. As diferenças em termos de desempenho regulatório entre zonas do mesmo país podem ajudar os responsáveis políticos a identificar oportunidades para melhorar os procedimentos administrativos e fortalecer a capacidade das instituições locais.

Entre os quatro países objeto do estudo, Portugal é aquele que mostra uma maior homogeneidade a nível de desempenho entre todas as cidades estudadas, revelando menores diferenças na medida da distância até à fronteira – que mostra a distância a que uma cidade se encontra das melhores práticas mundiais em termos absolutos, fornecendo igualmente a base para o ranking. A República Checa e a Croácia apresentam as maiores diferenças a nível subnacional.

CAIXA 1.1 O que mede o *Doing Business* na União Europeia?

O *Doing Business* analisa as regulamentações aplicáveis a PME nacionais em 190 economias. Na sua publicação anual, cada economia é representada pela sua maior cidade comercial.^a A nível subnacional, os relatórios do *Doing Business* retratam um quadro mais variável, já que muitas regulamentações e medidas administrativas são implementadas ou determinadas pelas autoridades locais. A coordenação entre todos os níveis do setor público e das instituições é essencial para reduzir a carga regulatória das empresas.

Este estudo é o mais recente de uma série de estudos destinados a estender o exercício de aferição a cidades secundárias dos Estados-Membros da UE, de modo a proporcionar uma representação mais completa do atual ambiente regulador e de negócios.^b Esta edição abrange 25 cidades da Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia.^c Esses quatro países compartilham um potencial significativo de crescimento, um forte interesse na convergência com o resto da UE e uma concentração na melhoria do clima de investimento e no incentivo do crescimento do setor privado. O foco consiste em conjuntos de indicadores que meçam a complexidade e o custo dos procedimentos regulatórios, bem como a importância das instituições jurídicas nas cinco fases da vida de uma PME nacional: abertura da empresa, obtenção dos alvarás de construção, obtenção de eletricidade, realização do registo de propriedade e execução de contratos através de um tribunal local.

a. Onze economias com uma população de mais de 100 milhões em 2013 (Bangladesh, Brasil, China, Índia, Indonésia, Japão, México, Nigéria, Paquistão, Federação Russa e Estados Unidos) também estão representadas pela sua segunda maior cidade de negócios. Os dados que dizem respeito a estas 11 economias baseiam-se na média ponderada em função da população, relativa às duas maiores cidades de negócios.

b. Estudos prévios incluem o *Doing Business in the European Union 2017: Bulgaria, Hungary and Romania* (Washington, DC: Banco Mundial, 2017), o *Doing Business in Poland 2015* (Washington, DC: Banco Mundial, 2015), o *Doing Business in Spain 2015* (Washington, DC: Banco Mundial, 2015) e o *Doing Business in Italy 2013* (Washington, DC: Banco Mundial, 2013), do Banco Mundial.

c. Osijek, Rijeka, Split, Varazdin e Zagreb na Croácia; Brno, Liberec, Olomouc, Ostrava, Plzen, Praga e Usti nad Labem na República Checa; Braga, Coimbra, Évora, Faro, Funchal, Lisboa, Ponta Delgada e Porto em Portugal; Bratislava, Kosice, Presov, Trnava e Zilina na Eslováquia.

Além disso, enquanto Bratislava, Lisboa e Zagreb ficam atrás da maioria das cidades mais pequenas nos seus respetivos países, Praga fica no topo entre as cidades checas. E, em média, as diferenças mais marcantes de desempenho dentro de cada país registam-se na obtenção de alvarás de construção, na obtenção de eletricidade e na execução de contratos.

Como varia o desempenho subnacional na Croácia?

No conjunto das cinco áreas regulatórias medidas, Varazdin é a cidade onde é mais fácil fazer negócios e Split aquela onde é menos (tabela 1.1). Visto de forma isolada, o ranking das cinco cidades estudadas na Croácia pode mostrar resultados inesperados. Tal como acontece noutras economias mundiais, certas cidades que parecem menos dinâmicas podem apresentar um ranking surpreendentemente alto, ao passo que os maiores centros de negócios parecem ficar para trás. A razão é que o *Doing Business* não mede todos os aspetos do ambiente de negócios importantes para as empresas ou os investidores - nem mede todos os fatores que afetam a competitividade.³

Uma observação mais atenta dos rankings revela várias conclusões. Primeiro, não existe nenhuma cidade que se destaque nas cinco áreas medidas. Abrir uma empresa é mais fácil em Split, onde a

maioria das sociedades anónimas são criadas recorrendo aos serviços do HITRO. HR (ou “ponto de acesso único”)—de facto, Split é a cidade mais dinâmica neste sentido.⁴ No entanto, obter alvarás de construção é mais fácil em Varazdin. Esta cidade também lidera na área de obtenção de eletricidade, graças a um fornecimento de energia mais fiável, com interrupções de serviço mais curtas e menos frequentes do que as outras cidades, e tempos de espera relativamente curtos para novas ligações. Osijek se destaca por seu desempenho nas áreas de registo de propriedade e execução de contratos - talvez de maneira previsível, dado o menor número de casos no cartório de registo de imóveis locais e os menores atrasos em seus tribunais. Mas estar na vanguarda da reforma regulatória - como o piloto introduzido em fevereiro de 2017 de novos softwares que permitem a submissão on-line de pedidos de transferência de propriedade por profissionais jurídicos certificados - é outro fator por trás do melhor desempenho da Osijek. Rijeka, vice-campeã em quatro áreas, fica atrás apenas na execução de contratos.

Em segundo lugar, existem diferenças substanciais no desempenho regulatório entre as cinco cidades. As múltiplas reformas regulatórias realizadas ao longo dos anos originaram incoerências na forma como a regulamentação é implementada

a nível local. Além disso, nalgumas zonas, a irregularidade do volume de transações parece afetar o seu desempenho. Em Split, por exemplo, a enorme carga de trabalho do departamento de construção origina tempos de espera, para obter um alvará de construção, três vezes superiores à média das outras cidades: ou seja, três meses em vez de um.

Mas nem todas as cidades com volumes de transações maiores têm dificuldades. Zagreb realiza transferências de propriedade um mês mais depressa do que Split, apesar de registar uma carga de trabalho quatro vezes maior.⁵ Uma boa gestão, uma equipe com uma boa formação e procedimentos internos eficientes podem aliviar bastante os problemas associados a volumes maiores, sem necessariamente exigir recursos adicionais. Outros Estados-Membros da UE também oferecem bons exemplos. Na Polónia, por exemplo, a duração dos processos judiciais na movimentada corte regional de Cracóvia é de menos de um ano - seis meses mais rápido do que em Gdansk ou Varsóvia.⁶ Os juizes em Cracóvia seguem as melhores práticas nacionais e empregam a gestão de casos ativa, que consiste em utilizar da forma mais eficaz possível as disposições do Código de Processo Civil para adiantar as provas e definir um calendário das audiências e atos processuais, sempre que possível.

TABELA 1.1 As cidades menores da Croácia superam seus pares maiores nas cinco áreas regulatórias medidas

Cidade	População	Ranking agregado (1–5) ^a	Medida DAF média (0–100) ^a	Abertura de empresas		Obtenção de alvarás de construção		Obtenção de eletricidade		Registo de propriedades		Execução de contratos	
				Rank (1–5)	Med. DAF (0–100)	Rank (1–5)	Med. DAF (0–100)	Rank (1–5)	Med. DAF (0–100)	Rank (1–5)	Med. DAF (0–100)	Rank (1–5)	Med. DAF (0–100)
Varazdin	46.946	1	75,89	4	85,38	1	66,20	1	84,29	3	74,07	3	69,49
Osijek	105.921	2	75,68	3	85,50	2	61,10	4	81,70	1	75,86	1	74,24
Rijeka	121.975	3	74,45	2	87,59	2	61,10	2	82,87	2	75,02	4	65,67
Zagreb	801.349	4	72,47	5	82,49	4	54,77	5	80,43	3	74,07	2	70,60
Split	173.109	5	70,50	1	89,55	5	43,67	3	82,66	5	71,08	5	65,56

Fonte: base de dados do *Doing Business*. Dados relativos à população: Eurostat para todas as cidades exceto Varazdin (Instituto de Estatística da Croácia).

Nota: a medida da distância até à fronteira (DAF) mostra a distância a que uma cidade se encontra do melhor desempenho alcançado por qualquer economia em cada um dos indicadores do *Doing Business*. A medida vai de 0 a 100, com 100 a representar a fronteira das melhores práticas (quanto mais alta for a pontuação, melhor). Para mais detalhes, ver o capítulo “Sobre o *Doing Business* e *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia*.” Os dados relativos a Zagreb foram revistos desde a publicação do *Doing Business 2018*. Os dados completos encontram-se no portal do *Doing Business*: <http://www.doingbusiness.org>.

a. Com base nas pontuações DAF de cada uma das cinco cidades relativamente às cinco áreas regulatórias constantes da tabela.

Em terceiro lugar, as maiores lacunas a nível de desempenho dentro da Croácia foram observadas relativamente aos alvarás de construção, à execução de contratos e à abertura de empresas (figura 1.1). Por exemplo, o processo de licenciamento de um simples armazém leva 112 dias em Varazdin e custa 5,3% do valor do mesmo - metade do tempo que leva em Split, a um terço do custo. Entre os motivos por trás destas diferenças, encontram-se a pesada carga de trabalho do departamento de construção de Split, as altas contribuições obrigatórias para as infraestruturas municipais e outros requisitos municipais adicionais, tais como os relacionados com a inspeção

do trabalho e as autorizações do departamento de recolha de resíduos. Com uma medida de distância até à fronteira na obtenção de alvarás de construção de 43,67, Split tem um desempenho tão baixo quanto as economias classificadas entre as 10% mais inferiores do mundo. Por outro lado, a pontuação de Varazdin de 66,20 situa-se acima da média global.

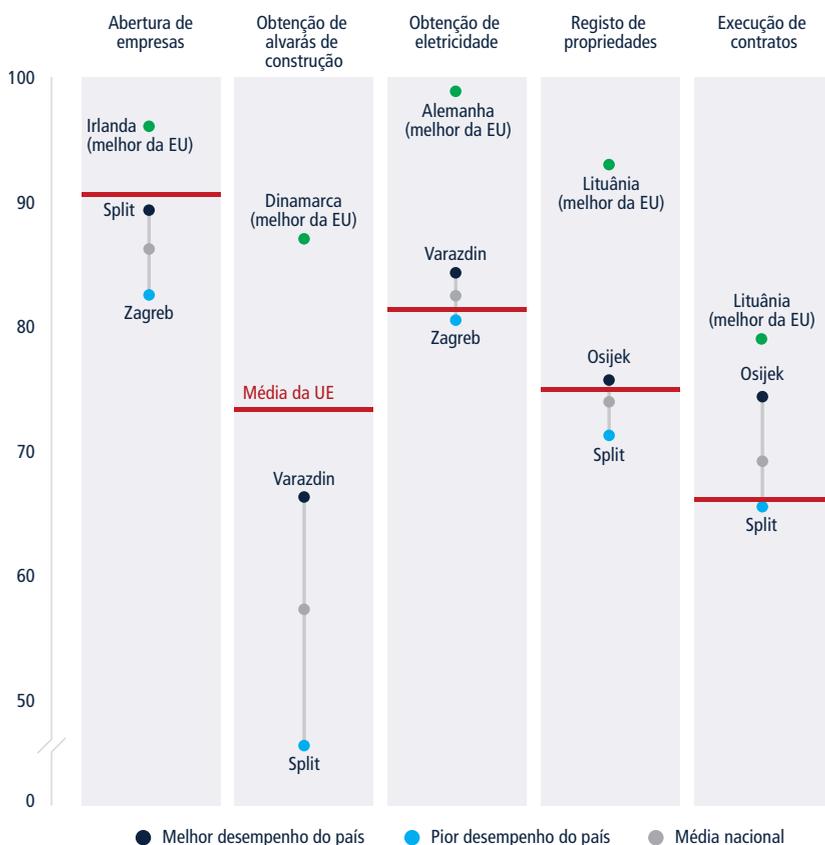
Na execução de contratos, a classificação DAF de Osijek (74,24) classificaria a cidade perto do topo dos Estados-Membros da UE, depois da Lituânia, da Áustria e da Estónia. Enquanto isso, a classificação de Split (65,56) está abaixo da média da UE. Isto não é surpreendente, pois os

casos no tribunal de comércio de Split costumam requerer mais audiências para serem resolvidos. Os adiamentos e os reagendamentos aumentam os atrasos. Os pareceres dos peritos também demoram mais tempo, já que frequentemente enviam os seus relatórios fora de prazo. Como resultado, a resolução de uma disputa comercial, bem como a execução da sentença levam quase 11 meses mais em Split do que em Osijek, pelo que o atraso é quase duas vezes maior (15,9% dos casos têm mais de três anos, contra 8,7% em Osijek).⁷

Diferenças semelhantes surgem na abertura de empresas devido às diferenças na forma como estas se registam. Em Split, mais da metade das novas empresas de responsabilidade limitada são estabelecidas usando os serviços da HITRO.HR - e o start-up requer seis procedimentos e seis dias. Em Zagreb, por outro lado, a maioria dos novos negócios é registrada em pessoa no tribunal.⁸ Isso leva oito procedimentos e mais de três semanas.

FIGURA 1.1 Na Croácia, a maior variação no desempenho regulatório regista-se na obtenção de alvarás de construção, na execução de contratos e na abertura de empresas

Medida da distância até à fronteira (0–100)



Fonte: base de dados do Doing Business.

Nota: a medida da distância até à fronteira mostra a distância a que uma cidade se encontra do melhor desempenho alcançado por qualquer economia em cada um dos indicadores do Doing Business. A medida vai de 0 a 100, com 100 a representar a fronteira das melhores práticas (quanto mais alta for a pontuação, melhor). As médias da Croácia baseiam-se em dados relativos às cinco cidades estudadas neste país. As médias da UE baseiam-se em dados económicos relativos aos 28 Estados-Membros da UE.

Como varia o desempenho subnacional na República Checa?

Entre as sete cidades estudadas na República Checa, Praga, Brno e Ostrava - as três maiores cidades do país - são aquelas em que é mais fácil fazer negócios nas cinco áreas medidas. Praga ocupa o primeiro lugar em duas áreas (obtenção de eletricidade e execução de contratos), enquanto Brno ocupa o primeiro lugar na obtenção de alvarás de construção e Ostrava no registo de propriedades. Isto demonstra o potencial das grandes cidades para alcançar eficiência e qualidade regulatória, ao capitalizar nas economias de escala e investir na modernização administrativa.

A República Checa apresenta as maiores diferenças subnacionais ao nível agregado entre os quatro Estados-Membros abrangidos por este estudo. Praga, com a distância até à fronteira mais alta relativamente entre as sete cidades, e Liberec com a mais baixa, estão separadas por quase seis pontos (tabela 1.2).

TABELA 1.2 Nas cinco áreas medidas, fazer negócios é mais fácil nas maiores cidades da República Checa

Cidade	População	Ranking agregado (1-7) ^a	Medida DAF média (0-100) ^a	Abertura de empresas		Obtenção de alvarás de construção		Obtenção de eletricidade		Registo de propriedades		Execução de contratos	
				Rank (1-7)	Med. DAF (0-100)	Rank (1-7)	Med. DAF (0-100)	Rank (1-7)	Med. DAF (0-100)	Rank (1-7)	Med. DAF (0-100)	Rank (1-7)	Med. DAF (0-100)
Praga	1.267.449	1	74,24	7	83,55	5	56,17	1	95,35	6	79,74	1	56,38
Brno	377.028	2	72,88	4	84,55	1	57,90	2	89,92	2	80,10	7	51,95
Ostrava	292.681	3	69,67	3	85,31	3	56,89	3	69,89	1	80,22	3	56,05
Plzen	169.858	4	69,13	4	84,55	6	55,38	4	69,67	6	79,74	2	56,32
Usti nad Labem	93.248	5	69,11	1	85,56	2	57,24	5	67,70	2	80,10	5	54,96
Olomouc	100.154	6	68,54	1	85,56	7	54,45	6	67,09	4	79,98	4	55,64
Liberec	103.288	7	68,28	2	84,55	4	56,67	7	66,32	4	79,98	6	53,86

Fonte: base de dados do *Doing Business*. Dados relativos à população: Eurostat.

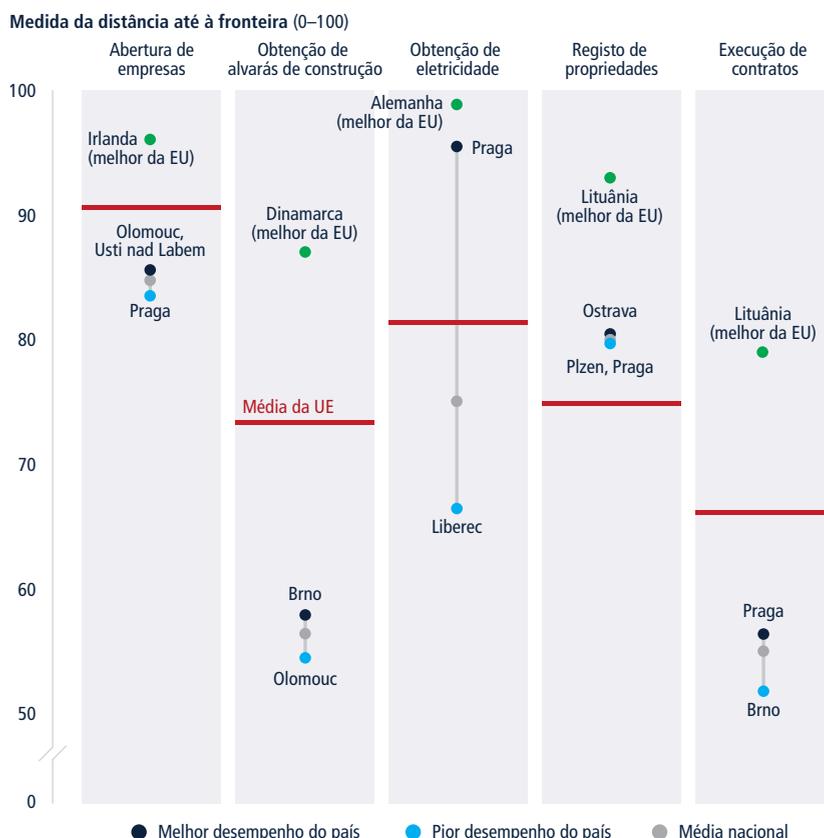
Nota: a medida da distância até à fronteira (DAF) mostra a distância a que uma cidade se encontra do melhor desempenho alcançado por qualquer economia em cada um dos indicadores do *Doing Business*. A medida vai de 0 a 100, com 100 a representar a fronteira das melhores práticas (quanto mais alta for a pontuação, melhor). Para mais detalhes, ver o capítulo "Sobre o *Doing Business* e *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia*." Os dados relativos a Praga foram revistos desde a publicação do *Doing Business 2018*. Os dados completos encontram-se no portal do *Doing Business*: <http://www.doingbusiness.org>.

a. Com base nas pontuações DAF de cada uma das sete cidades relativamente às cinco áreas regulatórias constantes da tabela.

A maior variação reside na obtenção de eletricidade (figura 1.2). Isto prende-se sobretudo com as diferenças no tipo de ligação mais provável a ser contratada para um novo armazém, como o do estudo de caso do *Doing Business*. Em cinco das sete cidades estudadas, um espaço como este é geralmente ligado à rede de média tensão e exige um processo que envolve mais tempo e custos do que a média da UE. Realizar todo o processo de ligação pode durar quase oito meses (tal como em Usti nad Labem). Tais atrasos são sobretudo devidos ao tempo gasto na obtenção das múltiplas autorizações municipais necessárias. Além disso, o empreendedor tem de cobrir os custos iniciais, inclusive a compra de uma subestação, o que pode representar até 283,2% do rendimento per capita (tal como em Ostrava). Somente em Brno e Praga é que é provável que um espaço deste tipo seja ligado à rede de baixa tensão. Isso faz uma grande diferença: em Praga, todo o processo pode ser concluído em dois meses, por 25,9% do rendimento per capita.

Podemos observar, igualmente, diferenças apreciáveis no país a nível da abertura de empresas, da obtenção de alvarás de construção e da execução de contratos, três áreas em que as cidades checas ficam atrás dos seus pares da UE.

FIGURA 1.2 Na República Checa, a maior variação no desempenho regulatório regista-se na obtenção de eletricidade



Fonte: base de dados do *Doing Business*.

Nota: a medida da distância até à fronteira mostra a distância a que uma cidade se encontra do melhor desempenho alcançado por qualquer economia em cada um dos indicadores do *Doing Business*. A medida vai de 0 a 100, com 100 a representar a fronteira das melhores práticas (quanto mais alta for a pontuação, melhor). As médias da República Checa baseiam-se em dados relativos às sete cidades estudadas neste país. As médias da UE baseiam-se em dados económicos relativos aos 28 Estados-Membros da UE.

Efetivamente, nestas três áreas, mesmo o melhor desempenho entre as cidades checas apresenta uma distância até à fronteira mais baixa do que a média da UE.

As diferenças entre as cidades checas na facilidade em abrir uma empresa prendem-se igualmente com a questão do tempo. O registo fiscal é o elemento que está na base destas variações. Registrar a empresa para efeitos de declaração do imposto sobre o rendimento costuma demorar entre um a cinco dias, mas para a declaração do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), os requerentes podem ter de esperar entre dez dias em Olomouc e Usti nad Labem, e 18 dias em Praga, onde os volumes de aplicação são mais elevados. Todas as cidades exigem os mesmos oito procedimentos para se abrir uma empresa; entre os Estados-Membros da UE, apenas a Alemanha exige um número maior (nove).

O processo de obtenção dos alvarás de construção requer 20 ou 21 procedimentos, variando de acordo com a cidade, sendo o procedimento adicional uma reunião informativa que os investidores normalmente solicitam ao departamento municipal de meio ambiente para

esclarecer os possíveis requisitos de avaliação de impacto ambiental. O número de aprovações de pré-construção requeridas na República Checa, 13 em média, é o mais alto entre os Estados-Membros da UE. Isto causa atrasos substanciais. Em Olomouc, onde o processo é mais lento, obter um alvará de construção leva nove meses. O processo é mais rápido em Brno, graças a uma comunicação mais eficiente entre o município e incorporadores, assim como um processamento mais rápido para obter a autorização de zoneamento e completar as aprovações necessárias para construir. Além disso, a companhia de abastecimento de água em Brno leva menos tempo para identificar potenciais pontos de conexão porque tem mapas de infra-estrutura mais atualizados do que das outras cidades.

A cidade em que a execução de um contrato demora menos tempo é Praga, com mais de 22 meses — superior à média da UE. Em Brno, o mesmo processo requer mais de 5 meses adicionais. Mas mesmo em Praga, o processo demora mais tempo do que a média da UE. E entre os Estados-Membros da UE, apenas o Reino Unido apresenta um custo mais alto na execução de contratos do que as cidades checas.

No registo de propriedades, pelo contrário, as cidades checas mostram resultados homogéneos - e todas apresentam uma distância até à fronteira mais alta do que a média da UE. Os resultados variam apenas no tempo que leva todo o processo, o que depende sobretudo da eficiência da divisão de registo cadastral local: o tempo necessário para registar uma transferência de propriedade como a do estudo de caso do *Doing Business* varia entre 23,5 dias (em Ostrava) e 27,5 dias (em Plzen e Praga).

Como varia o desempenho subnacional em Portugal?

No total das cinco áreas regulatórias medidas, Ponta Delgada e Évora lideram as oito cidades estudadas em Portugal, enquanto Braga e Faro ocupam os últimos lugares. Mas as diferenças em termos de desempenho global são menos pronunciadas em Portugal do que nos outros três Estados-Membros, sugerindo uma implementação relativamente coerente dos regulamentos em todo o país. De facto, a medida da distância até à fronteira global difere em apenas 1,81 pontos entre Ponta Delgada e Braga (tabela 1.3).

TABELA 1.3 As diferenças no desempenho agregado são mínimas em Portugal - com menos de dois pontos entre as cidades mais altas e as mais baixas

Cidade	População	Ranking agregado (1–8) ^a	Medida DAF média (0–100) ^a	Abertura de empresas		Obtenção de alvarás de construção		Obtenção de eletricidade		Registo de propriedades		Execução de contratos	
				Rank (1–8)	Med. DAF (0–100)	Rank (1–8)	Med. DAF (0–100)	Rank (1–8)	Med. DAF (0–100)	Rank (1–8)	Med. DAF (0–100)	Rank (1–8)	Med. DAF (0–100)
Ponta Delgada	68.352	1	80,37	1	90,88	2	73,59	3	85,12	1	79,43	4	72,82
Évora	56.596	2	80,20	1	90,88	3	73,53	5	84,19	5	79,19	3	73,23
Funchal	104.813	3	80,18	1	90,88	6	72,83	4	84,96	1	79,43	4	72,82
Coimbra	134.348	4	79,59	1	90,88	8	65,93	1	87,49	6	79,07	1	74,60
Porto	948.613	5	79,51	1	90,88	1	74,04	6	82,71	7	78,59	7	71,32
Lisboa	1.842.352	6	79,34	1	90,88	5	73,10	2	86,45	8	78,35	8	67,91
Faro	61.073	7	78,97	1	90,88	4	73,42	8	78,83	1	79,43	6	72,28
Braga	181.182	8	78,56	1	90,88	7	66,58	7	82,27	4	79,31	2	73,78

Fonte: base de dados do *Doing Business*. Dados relativos à população: Eurostat para todas as cidades exceto Évora (INE)

Nota: a medida da distância até à fronteira (DAF) mostra a distância a que uma cidade se encontra do melhor desempenho alcançado por qualquer economia em cada um dos indicadores do *Doing Business*. A medida vai de 0 a 100, com 100 a representar a fronteira das melhores práticas (quanto mais alta for a pontuação, melhor). Para mais detalhes, ver o capítulo "Sobre o *Doing Business* e *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia*." Os dados relativos a Lisboa foram revistos desde a publicação do *Doing Business 2018*. Os dados completos encontram-se no portal do *Doing Business*: <http://www.doingbusiness.org>.

a. Com base nas pontuações DAF de cada uma das oito cidades relativamente às cinco áreas regulatórias constantes da tabela.

No entanto, existem diferenças e nenhuma cidade se destaca nas cinco áreas. O Porto ocupa o primeiro lugar na obtenção de alvarás de construção, mas próximo do último lugar no registo de propriedades e na execução de contratos. Coimbra lidera na obtenção de eletricidade e na execução de contratos, mas fica para trás na obtenção de alvarás de construção. Faro, juntamente com o Funchal e Ponta Delgada, lidera o ranking no registo de propriedades, mas ocupa a última posição na obtenção de eletricidade.

O desempenho das cidades portuguesas varia mais na área da obtenção de eletricidade e na obtenção dos alvarás de construção (figura 1.3). Nestas duas áreas, algumas cidades ultrapassam a média da UE, ao passo que outras ficam para trás. No entanto, nas áreas de abertura de empresas, execução de contratos e registo de propriedades, as oito cidades superam a média da UE.

As diferenças nas pontuações relativas à obtenção de alvarás de construção refletem principalmente variações a nível do tempo necessário para se obter todas as aprovações necessárias para a construção e o início do funcionamento de um armazém comercial. Enquanto este processo demora pouco mais de cinco meses no Porto, demora quase nove meses em Coimbra. Tal decorre de um processamento mais lento dos casos nos gabinetes municipais: a aprovação de projetos arquitetónicos pode levar até seis meses em Coimbra. Estes atrasos estão relacionados com a existência de regulamentos de concessão de autorização locais mais complicados (como por ex., planos de urbanização), que requerem esforços adicionais em termos da sua harmonização com as regulamentações nacionais de construção. Mas devem-se, igualmente, a ineficiências nos municípios.

O processo de obtenção de eletricidade é mais ágil em Coimbra e Ponta Delgada. Nestas cidades, os clientes têm de passar por quatro procedimentos, em vez dos

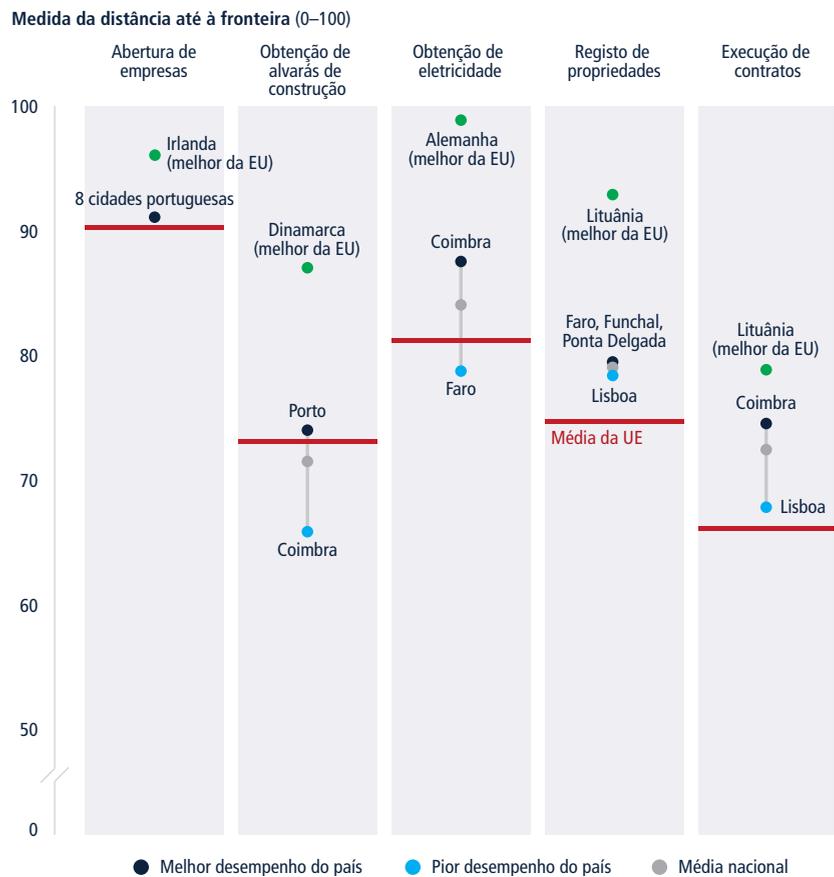
seis necessários em Braga, Faro e Porto. Em Coimbra, a filial local da empresa de eletricidade nacional implementou um sistema de georreferenciamento que eliminou a necessidade de uma visita ao local para determinar o custo da ligação. E em Ponta Delgada os clientes não precisam de obter uma certificação para poder instalar a cablagem interna do edifício; em vez disso, podem apresentar um termo de responsabilidade assinado pelo seu técnico de instalação.

O Funchal tem o processo mais rápido de obtenção de uma ligação nova (50 dias). A empresa de eletricidade analisa os requerimentos de uma forma

relativamente rápida. E os clientes podem simplesmente enviar uma notificação a comunicar que a instalação interna se encontra concluída - em vez de terem de chamar uma empresa especializada para realizar a inspeção da instalação interna, tal como é exigido no Portugal continental.

Entre as cidades portuguesas, Coimbra e Braga são as mais rápidas na execução de contratos, graças ao facto de registarem prazos judiciais mais curtos na nomeação de testemunhas periciais, na obtenção e apreciação dos seus relatórios e na marcação das datas das audiências. Lisboa e Porto são casos especiais, com áreas

FIGURA 1.3 Em Portugal, a maior variação no desempenho regulatório regista-se na obtenção de eletricidade e na obtenção de alvarás de construção



Fonte: base de dados do *Doing Business*.

Nota: a medida da distância até à fronteira mostra a distância a que uma cidade se encontra do melhor desempenho alcançado por qualquer economia em cada um dos indicadores do *Doing Business*. A medida vai de 0 a 100, com 100 a representar a fronteira das melhores práticas (quanto mais alta for a pontuação, melhor). As médias de Portugal baseiam-se em dados relativos às oito cidades estudadas neste país. As médias da UE baseiam-se em dados económicos relativos aos 28 Estados-Membros da UE.

metropolitanas que juntas representam mais de metade da população portuguesa. Os tribunais destas cidades gerem um grande número de casos, muitos deles casos comerciais complexos que levam mais tempo a serem resolvidos. De uma forma global, Portugal destaca-se pelos baixos custos iniciais de execução: para iniciar os procedimentos de execução, o credor deve apenas antecipar 0,5% do montante do crédito (menos de 200 euros no caso estudado pelo *Doing Business*).

Dos cinco processos regulatórios medidos, o registo de propriedades e a abertura de uma empresa são os mais estandardizados em Portugal. Nas oito cidades, registar uma propriedade exige um único procedimento, tornando Portugal num dos quatro únicos países do mundo onde apenas é necessária uma única interação. Em Faro, Funchal e Ponta Delgada, este procedimento pode ser realizado sem marcação e em poucas horas num balcão local da Casa Pronta. Nas outras cidades, geralmente é necessário fazer um agendamento por telefone primeiro e depois esperar até 8 dias, como no Porto, ou 10 dias, como em Lisboa.

Portugal possui também um balcão único de ponta e uma plataforma eletrónica para o arranque das empresas (ver caixa

1.3 abaixo). Os empresários podem registar uma empresa, obter os respetivos números de identificação fiscal e de segurança social, e declarar o início da atividade num único ponto de contato numa ou duas horas. Toda a informação é automaticamente partilhada entre os organismos públicos envolvidos. Efetivamente, o registo de uma empresa pode ser feito de forma imediata, embora em Lisboa e Porto possa ser necessário fazer um agendamento prévio.

Como varia o desempenho subnacional na Eslováquia?

É importante para os empresários eslovacos decidir onde irão estabelecer os seus negócios, tendo em conta os obstáculos regulatórios que poderão ter de enfrentar. É mais fácil abrir uma empresa em Presov ou Zilina, onde as transações com a autoridade tributária para obter um formulário de impostos em atraso e realizar o registo do IVA levam 8 dias - uma semana menos do que em Bratislava. O licenciamento para construção é mais eficiente em Presov, graças sobretudo a um processo mais simplificado na obtenção das licenças de implantação e construção e a uma menor espera pela ligação ao serviço de águas e esgotos. Zilina lidera na área da obtenção de eletricidade, com um procedimento de instalação mais rápido e mais barato. Trnava destaca-se pelo seu desempenho

no registo de propriedades, que leva menos de uma semana - três vezes mais rápido do que em Bratislava ou Presov. E o tribunal distrital de Kosice supera os seus pares com processos e julgamentos mais rápidos.

Bratislava fica atrás da maioria das cidades eslovacas mais pequenas na maioria das áreas medidas (tabela 1.4). Este resultado pode ser atribuído em parte a uma maior procura de serviços empresariais na capital. Por exemplo, Bratislava assiste a mais pedidos de licenciamento para abertura de novas atividades do que as outras quatro cidades eslovacas juntas.⁹ Mas algumas cidades registam um melhor desempenho na gestão de volumes maiores de transações. Praga lidera o ranking das sete cidades checas, demonstrando o seu potencial para lidar de forma eficiente com a alta procura de serviços empresariais.

A maior variação no desempenho regulatório entre as cidades eslovacas regista-se nas áreas da obtenção de eletricidade e de alvarás de construção (figura 1.4). Tal não é surpreendente, já que existem diferentes empresas de serviços públicos a operar em diferentes partes do país, e muitos dos requisitos para a obtenção de alvarás de construção encontram-se sob controlo municipal. Os pormenores acerca destas disparidades

TABELA 1.4 Com exceção de Bratislava, todas as cidades da Eslováquia estão no topo em pelo menos uma área

Cidade	População	Ranking agregado (1-5) ^a	Medida DAF média (0-100) ^a	Abertura de empresas		Obtenção de alvarás de construção		Obtenção de eletricidade		Registo de propriedades		Execução de contratos	
				Rank (1-5)	Med. DAF (0-100)	Rank (1-5)	Med. DAF (0-100)	Rank (1-5)	Med. DAF (0-100)	Rank (1-5)	Med. DAF (0-100)	Rank (1-5)	Med. DAF (0-100)
Presov	89.618	1	78,78	1	84,73	1	62,91	2	86,27	4	90,17	2	69,81
Kosice	239.141	2	78,19	4	83,72	3	60,74	3	85,29	2	91,24	1	69,95
Zilina	81.041	3	77,82	1	84,73	5	57,90	1	88,41	3	91,00	4	67,08
Trnava	65.536	4	76,96	3	83,98	2	61,39	5	80,07	1	91,48	3	67,90
Bratislava	425.923	5	76,16	5	81,97	4	59,33	4	83,19	4	90,17	5	66,12

Fonte: base de dados do *Doing Business*.

Nota: a medida da distância até à fronteira (DAF) mostra a distância a que uma cidade se encontra do melhor desempenho alcançado por qualquer economia em cada um dos indicadores do *Doing Business*. A medida vai de 0 a 100, com 100 a representar a fronteira das melhores práticas (quanto mais alta for a pontuação, melhor). Para mais detalhes, ver o capítulo "Sobre o *Doing Business* e *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia*." Os dados relativos a Bratislava foram revistos desde a publicação do *Doing Business 2018*. Os dados completos encontram-se no portal do *Doing Business*: <http://www.doingbusiness.org>.

a. Com base nas pontuações DAF de cada uma das cinco cidades relativamente às cinco áreas regulatórias constantes da tabela.

FIGURA 1.4 Na Eslováquia, a maior variação no desempenho regulatório regista-se na obtenção de eletricidade e na obtenção dos alvarás de construção

Medida da distância até à fronteira (0–100)



Fonte: base de dados do *Doing Business*.

Nota: a medida da distância até à fronteira mostra a distância a que uma cidade se encontra do melhor desempenho alcançado por qualquer economia em cada um dos indicadores do *Doing Business*. A medida vai de 0 a 100, com 100 a representar a fronteira das melhores práticas (quanto mais alta for a pontuação, melhor). As médias da Eslováquia baseiam-se em dados relativos às cinco cidades estudadas neste país. As médias da UE baseiam-se em dados económicos relativos aos 28 Estados-Membros da UE.

de desempenho são úteis para fins de políticas públicas, pois apontam para áreas onde se poderiam operar melhorias sem grandes mudanças legislativas.

Por exemplo, a distância até à fronteira na obtenção de eletricidade difere em mais de 8 pontos entre as cidades com maior e menor ranking. A pontuação de Zilina (88,41) é melhor do que a da Áustria - na verdade, é suficientemente alta para a colocar entre as 10 melhores dos Estados-Membros da UE. Enquanto isso, Trnava regista um desempenho abaixo da média da UE. Esta variação decorre principalmente das diferenças nos processos internos das empresas

de serviços públicos e na sua disponibilidade ou capacidade para realizar instalações em novos edifícios. Em Kosice, Presov e Zilina, onde é mais provável que um estabelecimento comercial como o do estudo de caso do *Doing Business* seja ligado à rede de baixa tensão, os tempos de espera são mais curtos e o processo é menos oneroso. Em Bratislava e Trnava, pelo contrário, é mais provável que o estabelecimento obtenha uma ligação de média tensão, o que requer a instalação de uma subestação privada a um custo de cerca de 28.000 euros. Assim, enquanto a obtenção de eletricidade leva 56 dias e custa 55,2% do rendimento per capita em Zilina, leva mais um mês

e custa mais de quatro vezes mais em Bratislava e Trnava.

As medidas DAF respeitantes à obtenção de alvarás de construção revelam uma variação quase tão grande. Mas nesse ponto Zilina, com uma pontuação inferior a 58,00 tem um desempenho tão fraco quanto as economias classificadas no percentil 20, entre as economias com pior desempenho a nível global, abaixo de todos os estados membros da UE - enquanto a Presov tem um desempenho melhor do que todas as cidades da Croácia, e a República Checa (exceto Varazdin). Esta variação decorre principalmente das diferenças na eficiência dos departamentos de construção no que respeita à emissão de alvarás de construção, bem como das divisões de registo cadastral locais relativamente ao registo de novos edifícios. A obtenção das licenças de implantação e construção para um estabelecimento simples leva 120 dias em Presov e 135 em Kosice, mas 170 em Bratislava.

Mesmo o melhor desempenho entre as cidades eslovacas em termos de obtenção de alvarás de construção não chega perto da média da UE. O processo é consideravelmente mais oneroso, em média, na Eslováquia do que na maioria dos outros Estados-Membros da UE, em grande parte devido aos longos tempos de espera pelas autorizações que os construtores devem obter. Mesmo em Presov, que regista o processo de licenciamento mais rápido entre as cinco cidades analisadas, um empresário tem de esperar dois meses e meio mais do que a média da UE e seis meses mais do que os Estados-Membros da UE com processos mais rápidos (Dinamarca e Finlândia).

Mas todas as cidades eslovacas, à exceção da Trnava, superam a média da UE na área da obtenção de eletricidade - e as cinco superam a média da UE no registo de propriedades e execução de contratos. Todas as cidades beneficiam do baixo custo de transferência de propriedades da Eslováquia - a mais baixa da UE, apenas 272 euros, calculada para

o estudo de caso do *Doing Business* - e do seu forte desempenho a nível de administração fundiária, em que todas as propriedades privadas, por pequenas que sejam, se encontram formalmente registadas e devidamente traçadas. Em termos mundiais, apenas um quinto das economias cobre todas as terras privadas, tanto no que se refere aos seus registos fundiários, como aos seus mapas cadastrais. Na área da execução de contratos, as cinco cidades destacam-se pelos seus baixos custos iniciais, e pelas suas altas pontuações no índice relativo à qualidade dos processos judiciais - com uma pontuação mais de dois pontos acima da média da UE.

O QUE SE SEGUE?

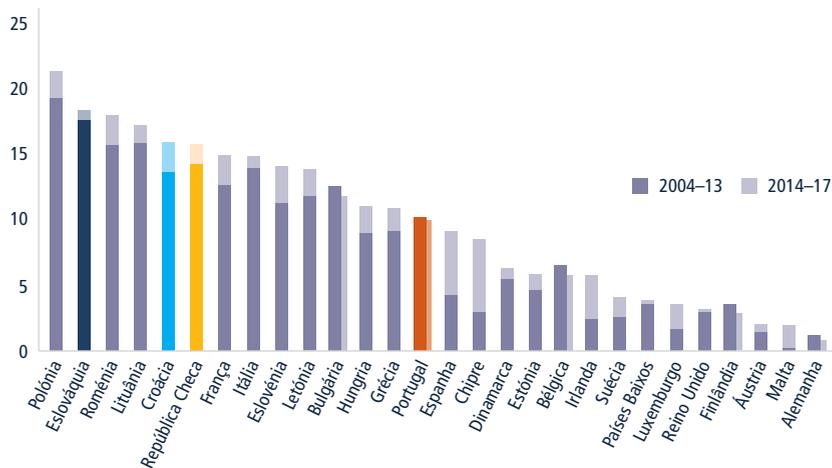
Desenvolver um ambiente de negócios favorável, propício à criação e ao crescimento de empresas, tem sido um objetivo nos quatro Estados-Membros da UE referenciados neste estudo. Eslováquia e Croácia estão entre os cinco estados membros da UE que fizeram os maiores progressos em fechar a lacuna com as melhores práticas globais de regulamentação de negócios nos últimos 14 anos (figura 1.5). E tanto Portugal como a República Checa ultrapassaram a média da UE na facilidade de fazer negócios. No entanto, desafios permanecem para os quatro países.

As conclusões deste estudo fornecem aos responsáveis políticos a diferentes níveis - europeu, nacional e local - importantes elementos acerca das suas escolhas estratégicas na promoção de um ambiente regulatório mais favorável ao desenvolvimento e crescimento das suas regiões. Eliminar trâmites administrativos desnecessários e melhorar a eficácia da burocracia pode reduzir o custo do negócio para as empresas locais, aumentando a sua eficiência e capacidade de competir no estrangeiro.

A análise do presente relatório acerca do ambiente regulatório da Croácia,

FIGURA 1.5 A Eslováquia e a Croácia estão entre os cinco Estados-Membros da UE que mais avançam no sentido de reduzir a lacuna com as melhores práticas globais em regulação de negócios

Melhoria na medida da distância até à fronteira



Fonte: base de dados do *Doing Business*.

Nota: a medida da distância até à fronteira mostra a distância a que uma economia se encontra do melhor desempenho de qualquer economia em cada um dos indicadores do *Doing Business*. Uma classificação mais alta indica uma maior eficiência e qualidade regulatória. As barras verticais da figura mostram apenas a medida da melhoria, não a medida da distância até à fronteira total. Devido às grandes mudanças realizadas na metodologia do *Doing Business* entre 2013 e 2014, as melhorias foram medidas em dois períodos separados, 2004-13 e 2014-17. Os dados relativos ao Chipre estão incompletos, pois só foi adicionado à amostra *Doing Business* em 2008, bem como os relativos a Malta, que foi adicionada em 2013.

República Checa, Portugal e Eslováquia aponta para possíveis melhorias (veja a tabela 1A.1 no final do capítulo). Algumas recomendações aplicam-se aos quatro países, outras a apenas um ou dois. Poderão realizar-se melhorias por vezes olhando para exemplos dentro de um mesmo país, outras vezes reproduzindo as boas práticas mundiais ou da UE.

De facto, um modo eficaz de evoluir é promover a troca de informações e experiências entre as cidades, permitindo que as de pior desempenho aprendam com as mais bem classificadas. Reproduzir os procedimentos mais eficientes desenvolvidos por outras cidades dentro de um mesmo país poderia representar ganhos significativos em termos de eficiência, sem necessidade de se operar grandes mudanças legislativas. A experiência de outros Estados-Membros com análises regulatórias subnacionais semelhantes mostra que tais melhorias podem ser implementadas de forma relativamente rápida, inclusive no âmbito dos programas da política de coesão da UE (caixa 1.2).¹⁰

Como melhorar a facilidade para fazer negócios na Croácia?

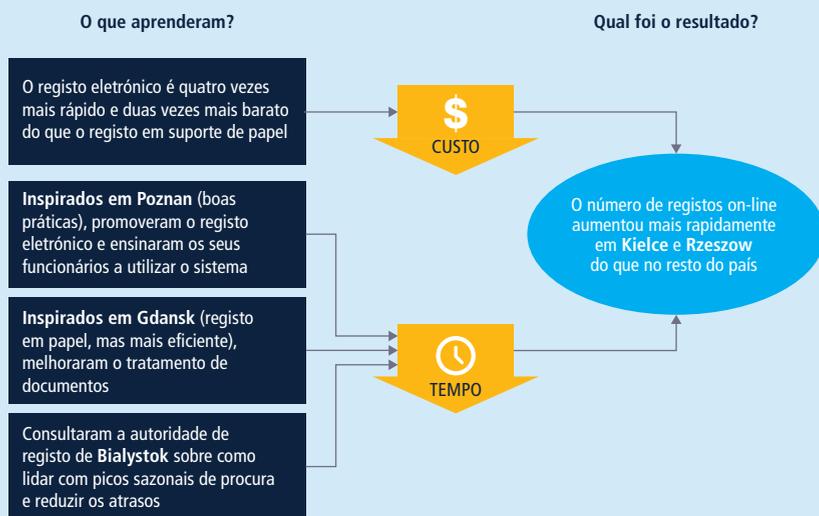
A Croácia avançou bastante no sentido de eliminar a lacuna relativamente às melhores práticas globais em termos de regulamentação empresarial. No entanto, ainda poderia ir mais longe para aliviar a carga regulatória das empresas e alinhar os procedimentos regulatórios com as boas práticas identificadas noutros Estados-Membros da UE.

Para facilitar a abertura de uma empresa ou a transferência de propriedades, a Croácia poderia seguir o exemplo de Portugal e tornar o uso de notários facultativo para as empresas que utilizem estatutos ou escrituras standard. Isto representaria poupanças significativas para os empreendedores, que atualmente têm custos equivalentes a 7,3% do rendimento per capita para abrir uma empresa - mais do que o dobro da média da UE, que é de 3,4%. A Croácia poderia também tornar o arranque mais fácil a longo prazo, reagrupando todas as plataformas eletrónicas utilizadas para as diferentes

CAIXA 1.2 Como funcionou a aprendizagem inter pares noutros Estados-Membros da UE?

No âmbito da iniciativa “regiões atrasadas” da Comissão Europeia na Polónia, lançada em junho de 2015, foram realizados esforços para identificar e resolver os obstáculos ao crescimento nas regiões menos desenvolvidas. Uma questão que se tornou evidente - com base nos resultados da avaliação subnacional do *Doing Business* - foi a variação da eficácia no registo de empresas. O governo polaco, em parceria com a Comissão Europeia e o Banco Mundial, elaborou um plano de ação para ajudar as duas cidades com pior desempenho a adotarem as práticas dos seus pares com melhores classificações para tornar o processo de registo mais eficiente (ver figura). Inspiradas em Poznan - a cidade com maior aderência ao sistema de registo comercial on-line -, Kielce e Rzeszow embarcaram numa campanha promocional para dar a conhecer melhor ao público este sistema e deram formação ao pessoal dos registos acerca da sua utilização.

O que aprenderam as cidades polacas com um registo comercial menos eficiente com as melhores práticas dos seus pares?



Fonte: base de dados do *Doing Business*.

Da mesma forma, existe um programa específico da política de coesão que tem como alvo a reforma judicial na Itália, onde as diferenças no desempenho judiciário são espantosas, com as regiões mais atrasadas em pior situação. A duração dos litígios comerciais nos tribunais italianos pode variar entre pouco mais de dois anos em Turim e cinco anos e meio em Bari.^b

a. *Poland Catching-Up Regions* (Washington, DC: Banco Mundial, 2017), do Banco Mundial.

b. *Doing Business in Italy 2013* (Washington, DC: Banco Mundial, 2013), do Banco Mundial.

etapas num único sistema de registo de empresas on-line.

Para melhorar o processo de obtenção de alvarás de construção, a Croácia poderia introduzir um sistema de inspeção baseado numa avaliação de risco e um regime de seguro obrigatório para os profissionais da construção. Também poderia agrupar as pré-aprovações de construção, introduzindo um mecanismo de guichet único e considerando a possibilidade de reduzir as taxas de desenvolvimento de

infraestruturas, distribuindo os custos de desenvolvimento por uma base mais ampla de investidores existentes e potenciais, tal como fez a Nova Zelândia.

Para ajudar a melhorar a fiabilidade do abastecimento de eletricidade em todo o país, a Croácia poderia exigir que as empresas de serviços públicos compensassem os clientes ou pagassem uma multa quando as interrupções excedessem um certo limite. E poderia facilitar a obtenção de eletricidade implementando

sistemas de tecnologia da informação que permitissem apresentar projetos on-line, rastrear as candidaturas e digitalizar documentação. A filial local em Varazdin da empresa pública de eletricidade oferece o exemplo mais avançado em toda a Croácia, ao utilizar a tecnologia para facilitar as interações com os requerentes e a organização do trabalho administrativo.

Para reduzir os tempos de processamento das transações imobiliárias e ajudar a dar prioridade a estas tarefas nas

conservatórias, a Croácia poderia seguir o exemplo de Portugal e da Eslováquia, introduzindo um procedimento acelerado formal por um custo adicional. Poderia também melhorar a qualidade da administração fundiária, fazendo com que o registo e o cadastro predial estivessem associados ao mesmo número de identificação para cada propriedade e introduzindo um mecanismo específico para resolver os litígios sobre terras de forma eficiente.

Há também espaço para melhorias na área da execução de contratos. Para além de avaliar a eficácia dos tribunais com vista a reduzir os atrasos, a Croácia poderia considerar a melhoria do seu procedimento de resolução de pequenos litígios e acrescentar mais ferramentas de aceleração dos procedimentos, introduzindo, por exemplo, regimes probatórios menos formais e limitando o número de peritos que pudessem testemunhar.

As cidades croatas poderiam obter ganhos importantes em termos de competitividade se reproduzisse os bons desempenhos de outras zonas do país. E como Zagreb representa a Croácia

no ranking global do *Doing Business*, as melhorias nesta cidade refletir-se-iam no ranking do país. Se Zagreb reproduzisse os melhores desempenhos registados entre as cinco cidades aferidas nas áreas de abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, obtenção de eletricidade, registo de propriedades e execução de contratos, a Croácia subiria para 40 no ranking global das 190 economias na facilidade para fazer negócios - 11 lugares acima do ranking atual, segundo o *Doing Business 2018* (figura 1.6).

Que mudanças regulatórias em Zagreb poderiam ajudar a impulsionar esse salto na classificação geral da Croácia? Se aprendesse, por exemplo, com Varazdin a reduzir o tempo e o custo necessários para obter alvarás de construção, a Croácia melhoraria a DAF em mais de 11 pontos, subindo quase 20 posições no ranking (de 126 para 107) e superando a Espanha. Aprender com Split o modo de incentivar a utilização maciça dos serviços de registo de empresas do HITRO.HR, melhoraria a DAF da Croácia no que toca à abertura de empresas em mais de sete pontos e o seu ranking correspondente

em 22 posições, passando de 87 para 65. Da mesma forma, se aprendesse a tornar o processo de ligação à eletricidade tão eficiente como o de Osijek e o abastecimento elétrico tão fiável como os de Varazdin, Rijeka ou Split, melhoraria a sua DAF em termos de obtenção de eletricidade em mais de quatro pontos. Quanto à execução de contratos, se alcançasse os melhores desempenhos observados entre as cinco cidades em termos de tempo, custo e qualidade, aumentaria em quase quatro pontos a DAF do país, permitindo que saltasse 12 posições no ranking, passando de 23 para 11.

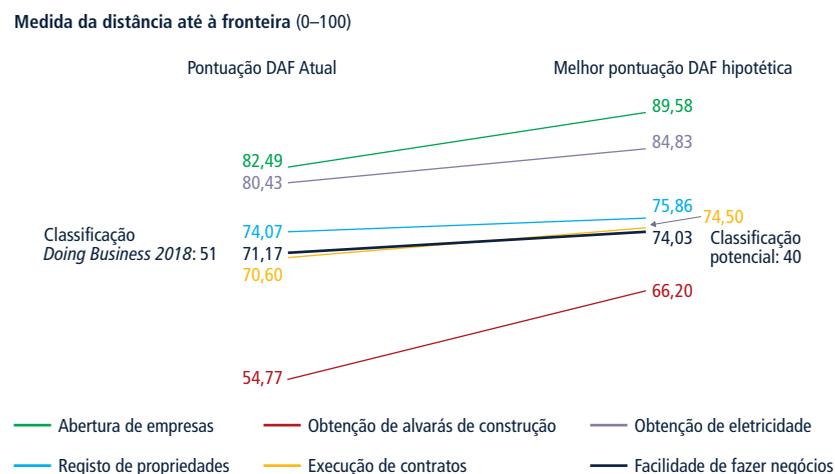
Como melhorar a facilidade para fazer negócios na República Checa?

Dos quatro estados membros, a República Checa é a única em que a capital lidera as cidades referenciadas no desempenho agregado nas cinco áreas regulatórias analisadas. De facto, enquanto a distância total em Praga à fronteira para essas cinco áreas ultrapassa a média da UE, as outras seis cidades comparadas ficam atrás da média. Assim, as outras cidades da República Checa poderiam obter ganhos importantes em competitividade, reproduzindo boas práticas já encontradas em Praga.

Um bom lugar para começar é na área de obtenção de eletricidade: Praga tem um dos processos de conexão mais eficientes da UE e do mundo. Conseguir uma nova conexão na capital leva apenas dois meses, um quarto do tempo necessário em Usti nad Labem - e custa 25,9% da renda per capita, mais de um décimo do que em Ostrava. Da mesma forma, as cidades checas poderiam buscar a eficiência do judiciário de Praga, que alcança os melhores tempos na execução de contratos, apesar das cargas de trabalho mais pesadas. O gerenciamento ativo de casos - incluindo o estabelecimento de prazos realistas para os principais eventos judiciais - ajuda a manter os casos em andamento e evita o uso de adiamentos.

Praga não é a única cidade checa que oferece lições de qualidade e eficiência

FIGURA 1.6 Se todas as boas práticas locais fossem adotadas, a Croácia saltaria 11 lugares - a 40 - no ranking global sobre a facilidade de fazer negócios



Fonte: base de dados do *Doing Business*.

Nota: Relativamente à medida da distância até à fronteira real, a Croácia é representada por Zagreb, a sua maior cidade de negócios, bem como sua capital. A melhor medida, ou pontuação, hipotética baseia-se no melhor desempenho registado entre as cinco cidades objeto de estudo neste país. A medida da distância até à fronteira mostra a distância a que uma cidade se encontra do melhor desempenho alcançado por qualquer economia em cada um dos indicadores do *Doing Business*. A medida vai de 0 a 100, com 100 a representar a fronteira das melhores práticas (quanto mais alta for a pontuação, melhor).

regulatória. Brno, a segunda maior cidade do país, também oferece bons exemplos. Através de uma comunicação mais eficiente com investidores e outras partes interessadas, além de mapas de infra-estrutura mais atualizados para identificar pontos de conexão para concessionárias, Brno torna mais fácil lidar com licenças de construção e consumir menos tempo do que as outras cidades tchecas. Construtores em Brno podem completar o processo de licenciamento seis semanas mais rápido do que os de Olomouc, que não tem esses elementos.

Embora a República Checa já implemente muitas boas práticas, conforme documentado neste relatório, ainda existem aspetos em que o país poderia melhorar na maioria das áreas medidas, se quiser estar ao nível dos melhores desempenhos da UE. Para acelerar o processo de abertura de empresas, por exemplo, o país poderia seguir o exemplo da Croácia ou de Portugal, onde o registo para efeitos de pagamento do IVA consiste numa simples notificação. A médio prazo, poderia considerar realizar o registo do IVA e do IRS juntamente com o registo inicial da empresa junto do órgão jurisdicional competente – tal como fez a Hungria. A República Checa poderia, também, simplificar e acelerar a obtenção dos alvarás de construção, juntando as pré-aprovações de construção num mecanismo de guichê único. E, a longo prazo, poderia melhorar ainda mais a sua eficiência, introduzindo um balcão único eletrónico, em que todas as agências pudessem analisar os pedidos de licenciamento on-line.

Para agilizar a obtenção de eletricidade, quando são necessárias ligações mais complicadas – como as da rede de média tensão – a República Checa poderia simplificar o processo de obtenção das autorizações municipais necessárias. Para isso, o país poderia basear-se no exemplo da Lituânia: neste país, os requerentes enviam um único formulário ao município, que então recolhe as autorizações dos diferentes departamentos

em seu nome. Para facilitar o registo de propriedades, a República Checa poderia considerar a introdução de uma opção para acelerar a transferência de propriedades. Atualmente, o processo de registo de propriedades é atrasado por um prazo de suspensão de 20 dias, que começa após a receção de um pedido. Durante este período de 20 dias, não é possível fazer nada com o pedido nem realizar qualquer registo.

Como melhorar a facilidade para fazer negócios em Portugal?

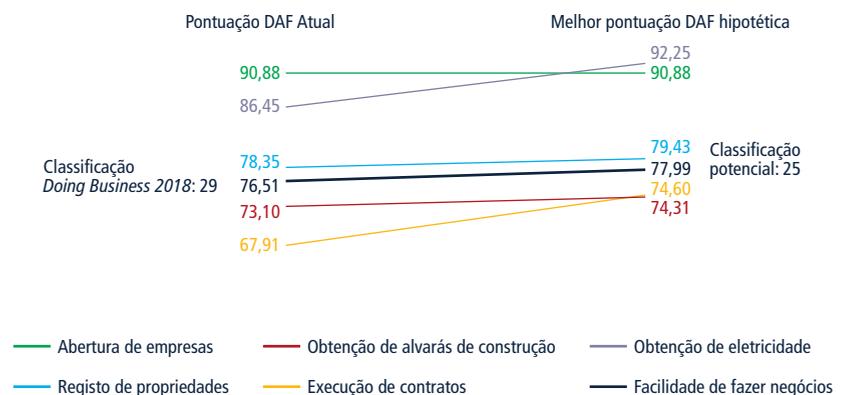
O esforço de reforma regulatória de Portugal nos últimos anos tem sido notável: o país implementou mais de 1.000 medidas de simplificação administrativa e governo eletrónico entre 2006 e 2011 sob seu programa SIMPLEX (caixa 1.3).¹¹ E o país tem sistemas de classe mundial para abrir uma empresa e registrar propriedades. Mas a variação subnacional no desempenho em lidar com licenças de construção, obtenção de eletricidade e cumprimento de contratos sugere que as cidades poderiam obter ganhos importantes em competitividade nessas áreas, replicando as boas práticas dentro do país.

Como Lisboa representa Portugal na avaliação comparativa global do Doing Business, as melhorias nesta cidade reflectir-se-iam na pontuação da distância até a fronteira do país e no seu ranking. Se Lisboa adotasse todas as boas práticas já existentes nas oito cidades analisadas, Portugal subiria para 25 no ranking global de 190 economias na facilidade de fazer negócios – quatro lugares acima do ranking atual de acordo com *Doing Business 2018* e à frente da Espanha e da Polónia (figura 1.7). De facto, a distância de Portugal à fronteira para a execução de contratos melhoraria em quase sete pontos, e sua pontuação em obtenção de eletricidade em quase seis pontos.

O potencial de melhoria vai além de Lisboa para outras cidades também. As cidades portuguesas poderiam facilitar a execução de contratos seguindo o exemplo de Coimbra e Braga, aquelas com o processo mais rápido entre as cidades comparadas do país. Coimbra e Braga registam os menores atrasos na nomeação de peritos e na obtenção de comentários sobre as suas opiniões,

FIGURA 1.7 Adoptar todas as boas práticas locais impulsionaria a classificação global de Portugal sobre a facilidade de fazer negócios em quatro lugares – para 25

Medida da distância até à fronteira (0–100)



Fonte: base de dados do *Doing Business*.

Nota: Relativamente à medida da distância até à fronteira real, Portugal é representado por Lisboa, a sua maior cidade de negócios, bem como sua capital. A melhor medida, ou pontuação, hipotética baseia-se no melhor desempenho registado entre as oito cidades objeto de estudo neste país. A medida da distância até à fronteira mostra a distância a que uma cidade se encontra do melhor desempenho alcançado por qualquer economia em cada um dos indicadores do *Doing Business*. A medida vai de 0 a 100, com 100 a representar a fronteira das melhores práticas (quanto mais alta for a pontuação, melhor).

CAIXA 1.3 SIMPLEX: iniciativas que combinam o e-government com a redução da burocracia em Portugal

Antes de 2006, abrir uma empresa em Portugal significava visitar várias repartições públicas, realizar 11 procedimentos, preencher 20 formulários, esperar cerca de dois meses e meio e pagar o equivalente a 13,5% do rendimento per capita.^a Tudo isto mudou em 2006, quando o governo lançou o programa SIMPLEX, com o objetivo de modernizar a administração pública e reduzir a burocracia, bem como os custos de conformidade. O programa tem sido amplamente reconhecido por ter transformado o setor público e a sua prestação de serviços, ganhando elogios internacionais em todo o processo.^b

Entre as primeiras iniciativas encontrava-se o programa Empresa na Hora, que implementou um balcão único para o registo de empresas. O programa introduziu estatutos de sociedade pré-aprovados, criou listas de nomes de empresas pré-aprovados e eliminou formalidades desatualizadas, tais como o registo da contabilidade das empresas. Hoje em dia, todas as informações fornecidas por um empreendedor são automaticamente compartilhadas pelos organismos públicos envolvidos - e o empreendedor recebe o número de identificação fiscal da sua empresa, o número de segurança social, bem como o registo comercial no espaço de uma hora, por 360 euros.

Outra destas iniciativas, implementada em 2007, foi o programa Casa Pronta, que permite às pessoas realizar uma transferência de propriedade através de um único procedimento. Todas as diligências necessárias - incluindo a verificação da existência de eventuais ónus ou encargos que incidam sobre a propriedade - são atualmente feitas num só guichet, num único passo. Da mesma forma, a iniciativa Licenciamento Zero implica que o dono de um restaurante em Lisboa já não precisa de ir 11 vezes a quatro organismos diferentes para licenciar a sua empresa. Realizar um requerimento através de um único ponto de contato eletrónico é suficiente.

A par da simplificação vieram os serviços eletrónicos. Mas o portal de registo de empresas on-line era acessível inicialmente apenas a advogados e notários com certificação digital. Em 2009, o acesso foi estendido ao público. Hoje em dia, os empresários podem usar o seu Cartão do Cidadão - um cartão de identificação que permite aos cidadãos identificar-se facilmente ao utilizar serviços públicos on-line, bem como assinar documentos de forma eletrónica - para aceder ao portal e registar uma empresa a partir dos seus escritórios. Além disso, a utilização dos serviços on-line eliminou a necessidade de emitir documentos em papel. As empresas têm acesso permanente a certificados atualizados no portal de negócios.

A criação de um setor público mais sensível às exigências públicas requereu um forte compromisso político. Uma das chaves para o sucesso do programa foi o facto de se encontrar sob a liderança direta do primeiro-ministro.^c Outra foi o facto de envolver funcionários de nível médio, para estes que se pudessem apropriar da reforma. Para garantir uma implementação constante, foi criada uma rede de pontos focais SIMPLEX com um representante de cada ministério, realizando-se avaliações de progresso quinzenalmente.

Dez anos após as primeiras medidas do SIMPLEX, o programa foi reiniciado com uma abordagem mais colaborativa. No SIMPLEX+, os utilizadores orientam as principais áreas de ação, incentivados por consultas públicas, passeios por todo o país, um blog e uma página de Facebook, para além de cerimónias de entrega de prémios para as melhores ideias. O público pode acompanhar todas as iniciativas e o seu impacto em <http://www.simplex.pt>.

O programa SIMPLEX+ 2016 incluiu 255 medidas destinadas a reduzir redundâncias e a eliminar a necessidade de preencher formulários - incluindo os formulários do imposto sobre o rendimento. Em 2017, a autoridade tributária começou a fornecer cálculos automáticos do imposto sobre o rendimento pessoal de cerca de um milhão de contribuintes. Os contribuintes apenas necessitam de verificar se as declarações provisórias constantes do portal do Ministério das Finanças estão conformes à sua situação. Um acordo de partilha de dados entre as entidades públicas torna desnecessário arquivar informações já disponíveis para a Administração.

Apesar dos programas SIMPLEX terem sido bem-sucedidos, a simplificação dos procedimentos gerou também um maior volume de transações. Mas para garantir a sua sustentabilidade, as agências devem avaliar cuidadosamente os seus recursos. Consideremos o exemplo dos balcões da Casa Pronta, onde as pessoas costumavam ser atendidas sem marcação. Agora, alguns dos balcões locais estão lotados, tal como os de Lisboa, obrigando os utilizadores a, por vezes, terem de marcar um agendamento com 10 a 15 dias de antecedência. Esperas como estas anulam em parte o objetivo da simplificação regulatória.

a. Base de dados do *Doing Business*.

b. OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), *Simplificar a Vida dos Cidadãos e das Empresas em Portugal: Simplificação Administrativa e E-government* (Paris: OCDE, 2008). A Comissão Europeia atribuiu ao programa o Prémio European Enterprise na categoria de redução da burocracia em 2016.

c. Programa SIMPLEX+ 2016. Apresentação disponível em: www.simplex.gov.pt/app/files/8926586c0ad2c9a5e0cc2bd56e30987f.pdf

bem como nas esperas mais curtas para obter datas de audiência. Coimbra também segue uma boa prática na ligação eléctrica, processo que outras cidades poderiam replicar: graças ao uso de um sistema de georreferenciamento por parte da companhia eléctrica, não é mais necessária uma visita ao local para preparar uma estimativa do custo de conexão. Além disso, as cidades de Portugal continental poderiam seguir o exemplo do Funchal e de Ponta Delgada, onde o certificado de fiação interna foi substituído por uma notificação através da qual os técnicos assumem a responsabilidade. Para facilitar a construção, as cidades portuguesas poderiam introduzir sistemas de licenciamento eletrónico e diretrizes de processo semelhantes às adotadas no Porto. E eles poderiam introduzir regras do silêncio como consentimento para reduzir o tempo necessário para obter aprovações de projetos arquitetónicos.

Outros Estados-Membros da UE oferecem bons exemplos de formas de melhorar ainda mais o ambiente empresarial. Para simplificar o arranque de uma empresa, Portugal poderia eliminar as notificações exigidas no início de uma relação laboral, seguindo o exemplo da Dinamarca - que pressupõe simplesmente que uma empresa se tornou empregadora quando esta comunica um pagamento salarial pela primeira vez. As empresas poderiam, também, ter a possibilidade de enviar informações sobre os contratos dos seus funcionários aquando da sua constituição - como está a ser feito em Espanha, através da plataforma on-line CIRCE. Para agilizar o registo de propriedades, as autoridades portuguesas poderiam avaliar a viabilidade de reduzir os custos de registo de propriedades (7,3%), que incluem os impostos da transferência de propriedades (atualmente de 6,5% do valor da propriedade). Os valores destes impostos colocam Portugal entre os seis Estados-Membros da UE com mais custos no registo de propriedades. Além disso, Portugal poderia melhorar a fiabilidade da infraestrutura

do registos prediais, unificando as bases de dados onde são guardadas as informações registadas pelas conservatórias do registo predial e pelos serviços de cadastro.

Para melhorar a eficácia na execução de contratos, Portugal poderia continuar o seu trabalho para reduzir os atrasos nos processos de execução civil e aumentar a eficiência dos mesmos. Os processos simples, conduzidos exclusivamente por oficiais de justiça, são relativamente ágeis. A revisão do regime regulador que rege os agentes de execução fortaleceu a supervisão, tendo simultaneamente proporcionado uma maior autonomia na condução dos processos de execução. Portugal também modificou o seu regime de taxas para melhorar os incentivos nas deduções à coleta. Todas estas medidas aumentaram a eficácia do processo de execução. Mas ainda mais se poderia fazer para melhorar o desempenho dos tribunais. Embora os casos em atraso tenham diminuído nos últimos quatro anos, centenas de milhares de processos ainda estão pendentes.

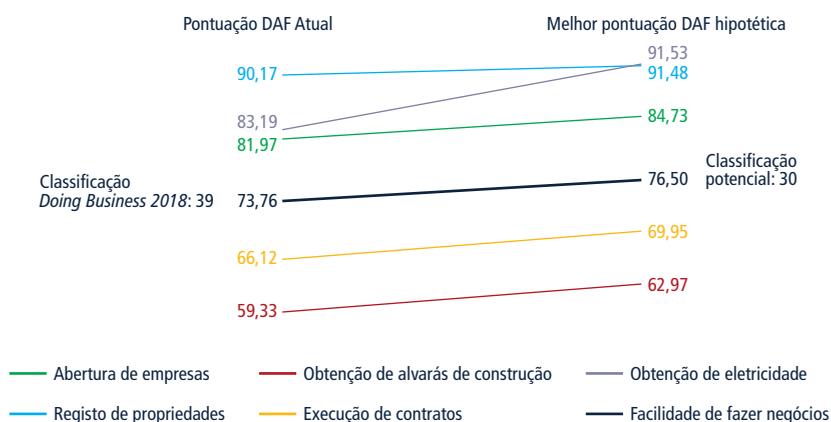
Como melhorar a facilidade para fazer negócios na Eslováquia?

A Eslováquia tem um historial de êxito no que toca a seguir o exemplo de outros países da EU, apoiando-se em estudos como o do *Doing Business* para melhorar o seu quadro regulatório. Agora é o momento de olhar também para dentro. As suas cidades poderiam aumentar bastante a sua competitividade, se introduzissem as melhorias que já foram implementadas com sucesso noutras cidades do país. Efetivamente, se uma determinada cidade adotasse todas as boas práticas encontradas nas cinco cidades analisadas nas áreas de abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, obtenção de eletricidade, registo de propriedades e execução de contratos, tal cidade situar-se-ia em 30º lugar no ranking global das 190 economias na facilidade para fazer negócios - nove lugares acima do ranking atual da Eslováquia, segundo o *Doing Business 2018* (figura 1.8).

E se essa hipotética cidade representasse a Eslováquia no estudo comparativo

FIGURA 1.8 Adotar todas as boas práticas locais impulsionaria a Eslováquia a saltar nove lugares no ranking global sobre a facilidade de fazer negócios - para 30

Medida da distância até à fronteira (0-100)



Fonte: base de dados do *Doing Business*.

Nota: Relativamente à medida da distância até à fronteira real, a Eslováquia é representada por Bratislava, a sua maior cidade de negócios, bem como sua capital. A melhor medida, ou pontuação, hipotética baseia-se no melhor desempenho registado entre as cinco cidades objeto de estudo neste país. A medida da distância até à fronteira mostra a distância a que uma cidade se encontra do melhor desempenho alcançado por qualquer economia em cada um dos indicadores do *Doing Business*. A medida vai de 0 a 100, com 100 a representar a fronteira das melhores práticas (quanto mais alta for a pontuação, melhor).

global, tais mudanças ver-se-iam refletidas em pontuações e classificações mais altas. Na execução de contratos, por exemplo, reduzir o tempo necessário para 635 dias, como em Kosice, aumentaria em quase quatro pontos a DAF da Eslováquia, colocando o país entre os 30 melhores do mundo na facilidade para executar contratos. Da mesma forma, se tornassem o processo de ligação à eletricidade tão eficiente como em Zilina e o seu fornecimento tão fiável como em Bratislava, Kosice e Presov melhorariam a DAF da Eslováquia na obtenção de eletricidade em mais de oito pontos, colocando o país entre os 15 melhores do mundo. Outras cidades poderiam seguir o exemplo de Zilina, em que a empresa de abastecimento introduziu uma série de medidas para aumentar a sua eficiência, tendo, por exemplo, eliminado a documentação de aprovação do projeto. Em vez disso, fornece especificações técnicas mais detalhadas antecipadamente, de modo a que estas sejam mais claras para os responsáveis pela conceção dos projetos. Também substituiu o relatório de conclusão do projeto por uma declaração por meio da qual o investidor confirma que a ligação externa foi montada de acordo com as especificações técnicas.

Mas a adoção das boas práticas existentes noutras cidades da Eslováquia continuaria a deixar o país para trás em relação à maioria dos Estados-Membros da UE na abertura de empresas. O mesmo se aplica no que se refere à obtenção dos alvarás de construção. Olhar além-fronteiras e inspirar-se nos exemplos da EU, ou inclusive nas boas práticas mundiais, seria outra forma de aumentar a competitividade.

Para facilitar o arranque das empresas, a Eslováquia poderia seguir o exemplo da República Checa, onde o requisito de capital mínimo é de 1 coroa checa, um valor simbólico, ou o de Portugal, onde este é de apenas 5 euros. Atualmente, os empresários eslovacos têm de depositar 2.500 euros de capital social mínimo - como parcela do rendimento

per capita (17,2%), um montante que se encontra entre os mais elevados da UE. A Eslováquia também poderia considerar reunir o registo do IVA e o do imposto sobre o rendimento de sociedades no balcão único do Gabinete de Licenciamento Comercial. Isto seguiria o exemplo da Hungria, onde o registo do IVA consiste numa simples notificação feita aquando do processo de constituição da empresa.

A Eslováquia poderia agilizar o processo de obtenção dos alvarás de construção, reforçando o papel dos profissionais certificados do setor privado no processo de emissão de licenças, reunindo os procedimentos das pré-aprovações de construção num só e introduzindo um sistema de licenciamento eletrónico. Para agilizar a execução de contratos, a Eslováquia poderia aliviar a carga dos tribunais incentivando a resolução alternativa dos litígios, por exemplo, ampliando os tipos de casos que pudessem ser submetidos a arbitragem e reforçando a validade das cláusulas de arbitragem. E para facilitar o registo de propriedades, a Eslováquia poderia informatizar totalmente o processo de transferência de propriedades.

REFERÊNCIAS

1. Patrice Muller, Jenna Julius, Daniel Herr, Laura Koch, Viktoriya Peycheva e Sean McKiernan, *Annual Report on European SMEs 2016/2017: Focus on Self-Employment*, relatório elaborado para a Comissão Europeia (Bruxelas, 2017), https://ec.europa.eu/growth/smes/business-friendly-environment/performance-review-2016_en.
2. Thomas Farole, Issam Hallak, Peter Harasztosi and Shawn Tan, "Business Environment and Firm Performance in European Lagging Regions," Policy Research Working Paper 8281 (World Bank, Washington, DC, 2017).
3. Ver o capítulo "Sobre o *Doing Business* e *Doing Business na União Europeia 2018: Croácia, República Checa, Portugal e Eslováquia*."
4. Os dados incluem todas as sociedades anónimas criadas entre julho e dezembro de 2017. As estatísticas foram fornecidas pelo Ministério da Justiça da Croácia.
5. "Relatórios sobre as Atividades das Conservatórias do Registo Predial", Ministério da Justiça da Croácia, consultado a 18 de abril de 2018: <https://pravosudje.gov.hr/strategije-planovi-i-izvjesca/6346>.
6. *Doing Business in Poland 2015* (Washington, DC: Banco Mundial, 2015), do Banco Mundial.
7. Total englobando todos os casos no tribunal comercial de Rijeka e Osijek em 2017. Dados fornecidos pelo Ministério da Justiça.
8. Os dados incluem todas as sociedades anónimas criadas entre julho e dezembro de 2017. Estatísticas fornecidas pelo Ministério da Justiça da Croácia.
9. Os dados incluem todas as sociedades anónimas registadas em 2016 e nos primeiros seis meses de 2017. Estatísticas fornecidas pelo Ministério do Interior da República Eslovaca.
10. A política de coesão é a estratégia da União Europeia para promover e apoiar o "desenvolvimento harmonioso global" dos seus Estados-Membros e regiões. Enquadrada no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (artigo 174^o), a política de coesão da UE visa reforçar a coesão económica e social, reduzindo as disparidades a nível de desenvolvimento das regiões. A política centra-se em áreas-chave que ajudarão a UE a fazer face aos desafios do século XXI e a permanecer mundialmente competitiva.
11. Programa SIMPLEX+ 2016. Apresentação disponível em: www.simplex.gov.pt/app/files/8926586c0ad2c9a5e0cc2bd56e30987f.pdf.

TABELA 1A.1 Oportunidades potenciais de melhoria nos quatro Estados-Membros

Área regulatória	Croácia	República Checa	Portugal	Eslováquia	Reformas recomendadas	Ministérios e agências relevantes ^a	
						Nível nacional	Nível local
Abertura de empresas		•		•	Simplificar o registo para efeitos de pagamento de IVA	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da justiça (Croácia, República Checa, Eslováquia) Autoridade tributária (todos os quatro países) Ministério do interior (República Checa, Eslováquia) Agência de Estatística do Estado (Croácia) Segurança social, pensão ou administração de saúde (todos os quatro países) Agência Financeira (FINA) (Croácia) 	<ul style="list-style-type: none"> Tribunais comerciais locais, regionais ou distritais (Croácia, República Checa, Eslováquia) Escritórios de licenciamento comercial (República Checa, Eslováquia) Escritórios FINA, HITRO.HR (Croácia)
	•			•	Reduzir ou eliminar o requisito de capital social mínimo para as sociedades anónimas		
		•		•	Analisar se determinados requisitos podem ser eliminados para empresas de pequeno e médio porte		
	•	•			Tornar o envolvimento de terceiros opcional		
	•				Tornar a reserva de denominação social da empresa mais transparente e regulamentada		
			•		Simplificar as notificações de início de relação laboral		
	•	•		•	Integrar os procedimentos de pós-registo no processo de constituição da empresa		
Obtenção de alvarás de construção	•	•	•	•	Introduzir ou melhorar os sistemas de licenciamento eletrónico	<ul style="list-style-type: none"> Ministério da construção ou planeamento urbano (todos os quatro países) Autoridade do Cadastro (todos os quatro países) Hrvatske Vode (Croácia) Autoridade Fiscal (Portugal) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios e escritórios de construção ou planeamento físico (todos os quatro países) Empresas de saneamento básico locais (Croácia, República Checa, Eslováquia)
	•	•	•	•	Esclarecer e comunicar melhor as diretrizes e requisitos necessários para a obtenção de alvarás de construção		
	•	•	•	•	Introduzir requisitos obrigatórios de seguro para cobrir defeitos estruturais		
		•	•	•	Agilizar os procedimentos de registo de imóveis, melhorando os canais de comunicação entre os organismos públicos		
	•	•		•	Agrupar as pré-aprovações de construção num único mecanismo		
		•		•	Melhorar a qualidade dos conhecimentos especializados em matéria de regulamentação, em colaboração com o setor privado		
	•				Estudar formas de reduzir a carga dos empreendedores a nível do desenvolvimento de infraestruturas		
		•			Agilizar o processo de obtenção da licença de utilização		
Obtenção de eletricidade		•		•	Agilizar a obtenção de licenças municipais	<ul style="list-style-type: none"> Agência reguladora nacional de energia (todos os quatro países) Empresa nacional de rede elétrica HEP (Croácia) Direcção Geral de Energia e Geologia (Portugal) 	<ul style="list-style-type: none"> Municípios (todos os quatro países) Empresas de instalação elétrica autorizadas (todos os quatro países) Associações profissionais de engenheiros e electricistas (todos os quatro países) Utilidades de distribuição local (República Checa, Portugal, Eslováquia) Direcção Regional de Energia (Portugal) Direcção Regional da Economia e Transportes (Portugal)
	•	•	•	•	Agilizar o processo de obtenção de uma licença de escavação		
	•				Melhorar a fiabilidade do fornecimento de eletricidade		
	•	•		•	Reduzir os custos iniciais para a obtenção de uma nova ligação		
				•	Eliminar a aprovação do projeto, fornecendo requisitos técnicos detalhados antecipadamente		
			•		Substituir o certificado de instalação elétrica interna por uma autocertificação de conformidade		
			•		Eliminar a necessidade de uma visita ao local para determinar as especificações técnicas e o custo da ligação		

TABELA 1A.1 Oportunidades potenciais de melhoria nos quatro Estados-Membros (continuado)

Área regulatória	Croácia	República Checa	Portugal	Eslováquia	Reformas recomendadas	Ministérios e agências relevantes ^a	
						Nível nacional	Nível local
Registo de propriedades	•	•			Introduzir um procedimento de registo acelerado junto da Conservatória do Registo Predial	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Justiça (Croácia) • Autoridade do Cadastro (República Checa, Eslováquia) • Instituto dos Registos e Notariado (Portugal) • Autoridade fiscal (Croácia, Portugal) 	<ul style="list-style-type: none"> • Tribunais municipais (Croácia) • Escritórios de registo de terras (Croácia, República Checa, Eslováquia)
	•				Atualizar informações fiscais locais e nacionais internamente, ligando os sistemas entre as instituições		
			•		Avaliar a viabilidade de reduzir os impostos sobre a transferência de propriedades		
	•	•		•	Introduzir contratos padronizados para transferências de propriedade e considerar tornar o recurso a advogados ou notários opcional		
	•	•	•	•	Criar uma plataforma eletrónica para transferências de propriedade		
Execução de contratos	•	•	•	•	Continuar a avaliar os procedimentos judiciais internos com vista a reduzir o tempo e os atrasos	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da justiça (todos os quatro países) • Judiciário (todos os quatro países) 	<ul style="list-style-type: none"> • Tribunais municipais e comerciais locais (Croácia) • Tribunais distritais (República Checa, Eslováquia) • Tribunais de primeira instância (Portugal)
	•	•	•	•	Promover a resolução alternativa de litígios		
	•	•	•	•	Estabelecer limites legais para a concessão de adiamentos		
	•	•			Melhorar ou introduzir procedimentos acelerados para pequenos litígios		

Nota: Todas as reformas recomendadas encontram-se detalhadas na secção "O que pode ser melhorado?" do capítulo correspondente.

a. A lista inclui os principais ministérios e agências relevantes para cada área regulatória, mas outros também podem estar implicados.

www.doingbusiness.org/EU2

